

PARTICIPAÇÃO, RENOVAÇÃO E OCUPAÇÃO:
limites da representação e experiências de transformação política
na cidade de São Paulo

Flávia de Faria¹

RESUMO: Nos anos 2010 a legitimidade da democracia representativa é questionada em diversos países. Experiências de inovação democrática e de participação cidadã surgem dentro de movimentos alter-ativistas que reivindicam um sistema mais participativo, horizontal e transparente. Movimentos contemporâneos de ocupação política denunciam a fragilidade e a ineficiência do modelo de democracia representativa tal como instituído, apontando os fenômenos de profissionalização da política e de sub-representação como fatores de ilegitimidade democrática. Como alternativa crítica ao sistema eleitoral partidário, movimentos de renovação política vêm surgindo nos últimos anos em diferentes estados brasileiros. Nesse contexto de renovação e de experimentação política, propomos analisar como as críticas à fragilidade do sistema político se inserem em discursos e em práticas ativistas na cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVES: Subjetivação; Ativismo; Democracia; Ocupação; Instituição.

INTRODUÇÃO

Porque falar sobre participação política em um país democrático, no qual o povo estaria convocado a gozar de seus direitos e a exercer os seus deveres? Para responder essa questão, o presente artigo propõe um olhar crítico sobre o processo de construção da cidadania brasileira. Cidadania compreendida como reivindicação normativa, e também como constante exercício de participação e de subjetivação política (NEVEU, 2013). Pretende-se nesse sentido, argumentar que o processo de democratização brasileira – construído com base em mecanismos de centralização do poder e de participação regulada – engessou o processo de construção de cidadania, limitando-o a uma relação corporativa e normativa entre Estado, instituições e pessoas. O objetivo é confrontar esse processo de

¹ Flavia de Faria, graduada em filosofia pela PUC-SP, mestre em Sciences Sociales – Sociétés Contemporaines: enjeux éthiques, politiques et sociaux pela Université Paris V - SHS Sorbonne. Doutoranda em Sociologia na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (IIAC/CNRS), com regime de duplo diploma em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (PPGAS/GEAC). Coordenadora do Réseau Thématique 21 “Mouvements Sociaux” da Association Française de Sociologie, e jovem pesquisadora convidada no SMAG – Social movements in the global age, da Université Catholique de Louvain.

cidadania engessada com práticas contemporâneas de renovação e de experimentação política na cidade de São Paulo. Assim, ao analisar o processo de construção do exercício da cidadania, um olhar crítico aponta a falência da representatividade como único modelo legítimo de democracia.

Primeiramente, será abordada a participação política como força de barganha, como forma de atribuir valor ao voto. Nessa parte do texto, mecanismos coronelistas e clientelistas de reprodução social (BOURDIEU, 2012) revelam-se como práticas inerentes ao processo de democratização do país – desde que o sistema eleitoral foi adotado na Primeira República. Não pretende-se porém esmiuçar esta análise, mas evocá-la como contexto histórico-político do processo de construção da cidadania brasileira. Na segunda parte do artigo, serão abordadas a transformação do significado e do exercício da participação cidadã nos anos 1970 e 80. A partir da emergência de movimentos de luta por direitos sociais² e políticos, a participação política começa a ganhar outro sentido e a cidadania passa a ser uma palavra de ordem dentro dos movimentos (HOLSTON, 2013). Em seguida, na terceira parte, a crítica da representação será apontada como o principal fator para a emergência de movimentos contemporâneos de renovação política, ressaltando práticas e discursos que fizeram parte da etnografia realizada junto a um coletivo de ocupação política³, a Bancada Ativista, no município de São Paulo. A ocupação da política se dá no prolongamento dos movimentos sociais das décadas anteriores. Nesse sentido, “Já ocupamos as ruas, já estamos nas praças, agora vamos ocupar as Câmaras”, afirma uma militante se referindo à ocupação política no ano eleitoral de 2018.

Por fim, na quarta parte do artigo, a ocupação política reivindicada pela Bancada Ativista será considerada como uma “política da experimentação”. Para elaborar uma reflexão teórica a esse respeito, propõe-se retomar o exercício de experimentação política introduzido nos anos 1970 por Félix Guattari. Essa luta por protagonismo político, ou

² Entendemos os direitos sociais segundo a definição de José Murilo de Carvalho: trata-se da participação na riqueza coletiva, ou seja, na educação, saúde, aposentadoria, salário justo, etc. Ver: Carvalho, Cidadania no Brasil – o longo caminho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008, p. 8-9.

³ Emprestamos o termo de “ocupação política” do título do evento *Primeiro Encontro Nacional #Ocupa Política, Pé na Porta e Amor pela Democracia*, organizado pela Bancada Ativista, pelas Muitas pela Cidade que Queremos e pela Partida. Esse evento foi realizado em Belo Horizonte, de 07 a 10 de dezembro de 2017, para promover o encontro de centenas de ativistas. Estes vieram de mais de vinte cidades localizadas em dezesseis estados brasileiros, do sul ao norte, assim como da Colômbia, do México e da Espanha, para trocar e compartilhar experiências locais de seus coletivos e bairros, a fim de construir projetos políticos convergentes e estratégias de ocupação da política institucionais por militantes.

experimentação política – à luz de Guattari – rejeita a representação como única forma legítima de democracia e propõe outra concepção para a participação política cidadã.

MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO FORJADA E DE PARTICIPAÇÃO REGULADA: A DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Desde a Primeira República, o sistema político eleitoral no Brasil foi construído por mecanismos de coronelismo e de clientelismo (LEAL, 1976). Mecanismos tais que constituíram a base do processo eleitoral brasileiro (LIMONGI, 2015). Por um lado, “O coronelismo é acima de tudo um compromisso, uma troca entre o poder público, gradualmente consolidado, e a força decadente de influência dos chefes locais, especialmente os latifundiários” (LEAL, 1976:20). O então novo sistema representativo baseado no crescimento do poder federal veio ameaçar o poder local do coronel, que passou a reagir pela troca de favores com as autoridades eleitas – que, por sua vez, precisavam do voto dos trabalhadores do coronel. Assim, tornar-se eleitor, ou seja, detentor do direito ao voto, passou a significar claramente, tornar-se eleitor junto ao coronel para o candidato que viabilizou sua inscrição no colégio eleitoral. Nos anos de democratização, de 1946 a 1964, “Fazer eleitores era alistá-los, isto é, torná-los aptos a tomar parte do processo eleitoral. Políticos faziam eleitores porque sabiam como as criaturas a que davam vida viriam a votar” (LIMONGI, 2015 : 27).

Por outro lado, as relações clientelistas são menos difundidas no sistema coronelista do que no contexto de urbanização brasileira. Ao contrário do coronelismo, elas fazem parte do intercâmbio direto entre os políticos (o Estado) e o eleitor, desprezando a mediação do coronel. “Quando os líderes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos do povo, eles não são mais parceiros úteis no governo, que passa a lidar com eleitores. (...) Deputados trocam votos da população pelos serviços públicos que conseguem colocar em prática graças à sua capacidade de influência no poder executivo” (CARVALHO, 1997). Diante deste cenário, a noção de cidadania está, desde seu nascimento pós-colonial, submetida ao exercício de poder caracterizado pela barganha de “favores”. Nesta lógica, “(...) Os principais partidos políticos sobreviveram graças à sua metamorfose em organizações entrelaçadas com o aparato estatal para realizar a troca típica do sistema clientelista...”, explica Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República de 1995 a 2002 (Singer & Brant, 1981: 178).

Assim, conforme diferentes escalas de necessidades e de interesses, o eleitor recebe “presentes” (como, por exemplo, comida, roupas, sapatos, animais, bem como

concreto e luz nas ruas de seu bairro). O então candidato ganha seu voto enquanto o grupo privado que financia o candidato garante seu espaço de voz e de decisão junto ao poder público.

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO POLÍTICA

Nesse contexto de democratização, o autor de *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, afirma que “A ausência de uma população educada é desde sempre um dos principais obstáculos da construção da cidadania civil e política” (CARVALHO, 2008 : 11). Assim, mecanismos de representação forjada sustentam a prática e a construção epistemológica de uma cidadania regulada pelo Estado (SANTOS, 1979)⁴, vide a imposição da institucionalização dos sindicatos durante o governo populista de Getúlio Vargas. Nesse sentido, o exercício da cidadania foi limitado ao processo de legalização das profissões que institucionalmente foram reconhecidas pela lei do trabalho no Brasil. Desde a sua emergência, “Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal”, explica Wanderley Guilherme dos Santos (1979, pg. 69). Essa submissão revela as razões pelas quais o processo de democratização restringiu a participação cidadã ao sistema representativo fortemente corporativista (WEFFORT, 1981).

Trazendo o foco para a cidade de São Paulo, as décadas de 1970 e de 1980 foram marcadas pela emergência de movimentos sociais vinculados à organização de militantes, de representantes religiosos e de trabalhadores que, sob pena de muita violência, enfrentaram a repressão e favoreceram o avanço da luta por direitos sociais e trabalhistas (ver SINGER & BRANT, 1980; SADER, 1988; BOSCHI, 1987). A partir da emergência de movimentos de base – como as associações comunitárias, os clubes de mães, as comunidades eclesiais de base (CEBs), o movimento custo de vida, dentre outros – a ocupação do espaço público passou a ser uma forma de resistência: seja através de manifestações, de ocupações urbanas, de encontros de mulheres, de sociabilidade, de articulação e de greves. O espaço público se tornou palco das lutas sociais.

⁴ Citando o autor: “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas pela lei”. In: Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*, Ed. Campus, 1979, p. 68.

Esses movimentos recolocam na ordem do dia a representação como fundamento da democracia. Ao mesmo tempo, são herdeiros do isolamento a que foram obrigados: cautelosos em relação à alianças (...) mais amplas (...), tendem a concentrar seus esforços nas lutas imediatas e no confronto direto com os adversários visíveis (SINGER & BRANT, 1980, pg. 26).

Os movimentos de base e alguns movimentos sindicais pretendiam construir um modelo de democracia de “baixo para cima”, fomentando a participação e a politização, fundamentados na representação como sistema democrático. Por sofrerem extrema repressão, esses movimentos se caracterizam pela forma fragmentada como se desenvolveram, pela dificuldade de interlocução entre os demais movimentos e pela organização de forma defensiva. A repressão política se concretizou com a Lei de Segurança Nacional, face ao bloqueio de canais institucionais de representação (congresso, partidos, câmaras, associações, etc.), com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) sendo o único partido de oposição e, durante os dez anos mais violentos da ditadura, de 1968 à 1978, com o AI5.

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, representou um marco de importante transição no modo de organização dos movimentos. Ao reunir oito mil pessoas na Catedral da Sé para o ato ecumênico, o isolamento e o temor ganharam formas de solidariedade entre os diferentes movimentos sociais. Estavam nessa ocasião representantes de comunidades religiosas, de associações civis, de sindicatos, do movimento estudantil, artistas e personalidades conhecidas, reunidas para defender a democracia e denunciar os abusos do regime ditatorial.

Dessa forma, os diferentes atos de resistência começaram a ser construídos de forma mais conectada, sob a base de laços diretos de confiança e solidariedade entre militantes. As greves de 1978 e de 1º de maio de 1979 em São Bernardo do Campo (na grande São Paulo), são partes desse processo de extensão da solidariedade entre diferentes movimentos. A articulação destes promoveu o que Eder Sader chama de “nova sociabilidade” no final dos anos 70. E assim, os “novos movimentos sociais” se fortaleceram no cotidiano como forma de resistência e proporcionaram a reelaboração do sentido de participação política.

Pouco mais tarde, nos anos 1990, o sistema político oligárquico baseado na profissionalização da política e nos mecanismos de representação forjada, sofre uma série de intervenções democráticas de participação cidadã, como por exemplo, a constituição de

1988 que legitima a criação de espaços participativos na esfera política, como os conselhos participativos e as audiências públicas. Mesmo que sejam espaços consultivos muitas vezes sem força de deliberação, é à partir da existência deles que a participação cidadã é praticada e reivindicada como direito em um sistema partidário⁵ democrático, oferecendo acesso aos espaços e às instituições públicas. Sob o legado desta ressignificação de participação e de construção de subjetividade política, movimentos atuais de ocupação política lutam contra a sub-representação, todavia flagrante de grupos marginalizados no sistema político brasileiro.

A CRISE DA REPRESENTAÇÃO COMO EMPODERAMENTO PARA A RENOVAÇÃO POLÍTICA

Nos anos 2010 a legitimidade da democracia representativa é questionada em diversos países (PLEYERS, 2016). Experiências de inovação democrática e de participação cidadã surgem em movimentos alter-ativistas⁶ que reivindicam um sistema mais participativo, horizontal e transparente (ROUDET, 2014). No Brasil, em junho de 2013, centenas de manifestações ocorreram em 483 cidades brasileiras (GOHN, 2014), à priori contra o aumento da tarifa de transporte público e, posteriormente, contra a repressão policial, contra as obras da Copa do Mundo, dentre outras reivindicações⁷. Dois anos depois, manifestações extremamente polarizadas ocuparam as ruas de São Paulo, organizadas, por um lado, por frentes progressistas que denunciavam o golpe parlamentar

⁵ Entendemos por sistema partidário: (...) organização de governo, mecanismo para a tomada e a implementação de decisões », Maria do Carmo C. Campello de Souza, *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, Ed. Alfa-Omega, 1990 (3a. edição), p. 27.

⁶ Os movimentos alter-ativistas fazem referência aqui à linha de pesquisa do professor Geoffrey Pleyers, da Universidade Católica de Louvain (UCL) e do Collège des Etudes Mondiales de Paris, que os define da seguinte maneira: *“A vontade de implementar as práticas de uma democracia participativa; um compromisso que coloca grande ênfase na subjetividade, criatividade, autotransformação, experiência e experimentação; espaços que são ao mesmo tempo lugares de troca, resistência, expressão e experimentação de uma democracia direta e horizontal; uso criativo de novas tecnologias e conexões de rede; uma capacidade de fazer parte de questões globais, mesmo que permanecendo principalmente ancorado no local”*. Geoffrey Pleyers, “Les jeunes alter-activistes : altermondialisme, indignés et transition écologique”. In: BECQUET Valérie (dir.) *Jeunesses engagées*, Syllepse, Paris, 2014, p.1.

⁷ Sobre as jornadas de junho e uma melhor compreensão deste contexto, sugerimos a leitura de Angela Alonso, « A política das ruas ». In: *Novos Estudos Cebrap Especial*, jun/2017, p.49-58; Breno Bringel et Geoffrey Pleyers, « Junho 2013...dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil » In: *Revue Nouva Sociedad*, outubro 2015; Maria da G. Gohn, *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, Vozes, 2014; e André Singer, “Brasil, junho de 2013: clases e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos Cebrap* n. 97 São Paulo Nov. 2013.

que se organizava contra a então presidente Dilma Rousseff. Por outro lado, organizações nacionalistas desfilaram com as cores da bandeira brasileira a favor do *impeachment* da presidente. Dilma Rousseff foi destituída em 31 de agosto de 2016, substituída pelo vice-presidente Michel Temer, cuja taxa de popularidade atual é a mais baixa da história, cerca de 5% de aprovação⁸.

Ao mesmo tempo, em nível municipal, a sub-representação marca o cenário político: "Eu não me sinto representado pelos vereadores. São Paulo é mais negra, mais jovem, mais mulher, mais LGBT, mais militante", diz um integrante da Bancada Ativista no vídeo coletivo organizado e veiculado pelo movimento. A respeito dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal de São Paulo nas eleições de 2016, 96% são brancos (78% homens e 18% mulheres), 2% são homens negros e 2% são mulheres indígenas. Não há mulheres negras. Um terço da Câmara é composto por senhores brancos com mais de 60 anos – perfil que corresponde a 12% da população do município (Censo 2010, IBGE). A respeito da idade elevada dos vereadores, nos diferentes distritos do município de São Paulo, a média da expectativa de vida varia de 25 anos: na Cidade Tiradentes (Zona Leste) a média de vida é de 54 anos, enquanto que em Pinheiros (Zona Oeste) é de 79 anos⁹. Em um país de cultura escravagista, racista e patriarcal, a sub-representação reflete diretamente nas políticas públicas e no funcionamento urbano.

Diante desse cenário, experiências de renovação política surgem como uma demanda por outras formas de participação, que, por sua vez, valorizam as eleições mas não se limitam às urnas eletrônicas como expressão democrática. Nesse sentido, "A democracia é concebida como uma demanda dirigida aos líderes políticos, mas também, e acima de tudo, uma exigência pessoal, um valor que deve ser incorporado em práticas cotidianas e na maneira de se conectar com os outros" (PLEYERS & CAPITAINE, 2014:52). Assim, a reivindicação por outras formas ou outras práticas democráticas que vão além das eleições é também acompanhada por uma reconstrução epistemológica (individual e coletiva) do que se entende como democracia.

Esse artigo é fruto da etnografia que pude realizar em diversas atividades da Bancada Ativista, tais como reuniões, mesas de discussão e uma dezena de atividades organizadas pelo coletivo, de agosto a dezembro de 2017. De maneira muito generosa, o coletivo me integrou em suas redes de discussão e de interação social e virtual. Ao longo

⁸ Pesquisa realizada em julho de 2017 pela agência brasileira Ibope: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-07/cniibope-70-desaprovam-governo-de-michel-temer-e-5-aprovam> ([consultada em 31 de agosto de 2017](#)).

⁹ Dados retirados da Revista 32xSP: a notícia do seu território no território da notícia, 2016/17.

desse período, pude conversar com dezenas de ativistas e integrantes da Bancada, assim como, ao participar de suas atividades, observar seus relatos, suas argumentações e a forma tão enfática pela qual defendem a renovação da política brasileira. E então, de que renovação se trata?

A Bancada Ativista é um coletivo que reivindica a expansão da democracia e a ocupação da política por ativistas que defendem causas sociais, econômicas, políticas, ambientais, dentre outras. Trata-se de reunir diversas lutas da cidade de São Paulo num espaço que se constitui como uma bancada dentro do poder legislativo municipal e estadual. A expansão da democracia é alcançada através da problematização da sub-representatividade, da rejeição do personalismo e da renovação da política. Esta é evocada pelo movimento através de novas formas de acessar o poder público (através de campanhas e de mandatos coletivos) e também de novos conteúdos de políticas públicas. Dito isto, o coletivo se identifica como independente (que não recebe financiamento de partidos políticos ou empresas privadas e públicas), suprapartidário e aberto a todos que desejam construí-lo. A diversidade e a pluralidade são meios para oxigenar as instituições políticas tradicionais. Nesse sentido, "Renovar a política significa lidar com os grandes interesses da casta política brasileira, os interesses econômicos, a especulação imobiliária e assim por diante", diz Sâmia Bomfim¹⁰, vereadora eleita em 2016 com o apoio da Bancada Ativista.

No contexto das eleições municipais de São Paulo em 2016, o movimento apoiou oito candidaturas inéditas à Câmara Municipal, dentre as quais, a do Marcio Black (REDE), Adriana Vasconcellos (PSOL) e Douglas Belchior (PSOL), ativistas de movimentos negros, Isa Penna (PSOL), militante de movimentos anticapitalistas, Marina Helou (REDE) e Sâmia Bomfim (PSOL), ativistas feministas, Pedro Markun (candidato independente pela REDE)¹¹, hackativista, e Todd Tomorrow (PSOL), militante de movimentos LGBTs.

O grupo reconhece que, em 2016, o objetivo principal foi experimentar uma *forma* de fazer política por meio de práticas sociais, como o Flertaço (campanhas eleitorais coletivas) e a Bancada Escuta (evento que privilegia a sociabilidade nos diferentes espaços públicos da cidade). "Nosso objetivo em 2016 era mais experimentar uma *forma* de participar de eleições do que eleger nossos candidatos. Era difícil acreditar que a eleição

¹⁰ Durante a entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2017, na Câmara Municipal de São Paulo.

¹¹ A candidatura livre no Brasil não é permitida pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que obriga os candidatos a ingressar em um partido político, sendo no entanto a REDE um partido que aceita a filiação de um candidato que quer ser independente.

fosse realmente possível”, explica um dos ativistas na primeira reunião que participei, em setembro de 2017. O grupo experimentou a criação de um movimento de ativismo político sem se filiar a um partido – o que o distingue, por exemplo, das Muitas pela Cidade que Queremos, movimento de renovação política de Belo Horizonte, que se integrou ao PSOL. Em termos de renovação de conteúdo no poder público, a Bancada Ativista luta contra:

- 1- Toda e qualquer pessoa, estrutura ou movimento que trabalhe para preservar a ordem pura da política e do discurso político como está.
- 2- O personalismo que atribui e delimita a política a um corpo, uma pessoa, um salvador ou salvadora.
- 3- Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico: o fascismo. Eu não estou falando sobre o fascismo histórico de Hitler ou Mussolini (...), mas também o fascismo que está em nossos seres, que perturba nossas mentes e nosso comportamento diário, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora¹².

O coletivo colaborou com apoio pedagógico e estratégico para a campanha eleitoral dos oito candidatos, oferecendo, por exemplo, treinamento sobre o funcionamento do sistema de quociente eleitoral. Para a campanha coletiva das candidaturas foram organizados eventos públicos, como o *Flertaço com os candidatos*, para promover a interação e o diálogo cara-a-cara entre as pessoas e os candidatos. O Flertaço foi realizado em diferentes espaços públicos da região centro-oeste de São Paulo¹³ antes das eleições municipais de 2016. Consiste em convidar pessoas que passam pelas ruas a sentar-se diante de um dos candidatos para fazer perguntas em um diálogo a dois. Após alguns minutos, as pessoas são convidadas a trocar de cadeira para sentar-se diante dos outros candidatos presentes. Os integrantes da Bancada organizaram os Flertaços graças às campanhas de financiamento coletivo. A contribuição recebida pelo financiamento coletivo foi compartilhada entre os oito candidatos de forma transparente e horizontal: aqueles que recebiam financiamento de seu partido receberam menos em comparação com outros que contavam apenas com o financiamento coletivo da Bancada para realizar sua campanha.

¹² Citação do texto escrito por Marcio Black, candidato ativista em 2016 pela Bancada Ativista e pela REDE. “Sobre a Política que Queremos: o novo não está no que é dito, mas nos acontecimentos à nossa volta”. In: InFame, 18 de dezembro de 2017: <https://infame.us/2017/12/18/sobre-a-politica-que-queremos-o-novo-nao-esta-no-que-e-dito-mas-nos-acontecimentos-a-nossa-volta/> (consultado em 01/02/2018).

¹³ O centro-oeste da cidade representa uma área econômica privilegiada, onde está localizada, por exemplo, a Avenida Paulista, onde se realizaram os Flertaços pelos candidatos. Trata-se de uma importante avenida, aberta todos os domingos apenas para pedestres. Dotada de uma vida cultural e social bastante variada, os eventos aí realizados atraem centenas de pessoas durante todo o final de semana.

Já a Bancada Escuta realizada em agosto de 2017, por exemplo, foi ocasião de debate sobre temas tais como “Qual é o nosso sentimento de cidade?” e “A quem pertence o espaço público quando este também é vivenciado como a casa de pessoas que vivem ali”. Essa Bancada Escuta foi realizada no Largo da Batata¹⁴, com a participação daqueles que por ali passavam, ou que residem no bairro e nas praças ao redor do largo. Márcio, que mora em uma tenda montada em um dos cantos da praça, pediu para falar sobre o que havia acontecido uma semana antes:

"Não é porque eu sou um morador de rua que eu tenho que estar sempre sujo, eu quero estar limpo, eu quero tomar banho e lavar minhas roupas. Faz uns dias, quando lavamos as roupas, estendemos nos bancos e os moradores do bairro reclamaram e tivemos que tirar as roupas daqui, mas não tenho onde secar. Porque então eles não secam as roupas? Eu moro ali e ali eu faço minha comida, to com feijão e carne de sol para fazer hoje à noite. Se eu não tenho e não preparo comida, ninguém vai me dar. E eu preciso comer".

Flertaço e Bancada Escuta são práticas que promovem uma ideia de política que não se limita à esfera institucional. Por um lado, a ocupação do espaço público aparece como uma prática para tornar visível a rua em sua multiplicidade de problemas e realidades, assim como potencialidades e criatividade. A ocupação desses espaços reforça a necessidade de sociabilidade e de relacionamento no exercício da cidadania, a fim de produzir uma outra perspectiva dos cidadãos sobre os espaços e seus habitantes. Por outro lado, a experimentação do diálogo cara-a-cara com os candidatos ativistas –sem a mediação de um conselheiro, de um secretário ou um porta-voz – reforça a prática de uma política que privilegia o relacionamento, através do olhar, da conversa e da presença, e incorpora os valores e os princípios defendidos pelo coletivo: transparência, horizontalidade, abertura, participação.

¹⁴ A praça é frequentada por centenas de pessoas, principalmente porque está localizada entre uma parada de metrô e um terminal de ônibus e de trem. Além disso, abriga espaços sociais com bancos, pistas de skate, jardim compartilhado e brinquedos para crianças. Localizado em um bairro de classe média paulistana, também atrai dezenas de vendedores ambulantes. No dia da Bancada Escuta, duas crianças acompanhavam sua tia que vendia chocolates e, ao mesmo tempo em que a ajudavam, estavam muito entusiasmadas com as questões que estavam sendo colocadas pelos participantes do evento, respondiam euforicamente que o Largo da Batata pertence a todos que ali estavam. Essas crianças e sua tia costumam ir ao Largo da Batata durante o fim de semana, e para chegar lá, fazem uma viagem de ônibus que dura cerca de uma hora, sem trânsito.

A ÊNFASE NO COTIDIANO E A POLÍTICA DA EXPERIMENTAÇÃO

A possibilidade de outra forma de se fazer política será chamada aqui de política da experimentação. A experimentação refere-se à dimensão empírica da reivindicação. Constitui uma crítica ao “pensamento referencial”¹⁵, questionando suas coordenadas, seus códigos, seus sinais e, mais amplamente, seu sistema normativo. Uma política da experimentação revela a necessidade de “acessar o mundo”¹⁶, o espaço do discernimento, a arena pública para debater a semântica dominante, com o objetivo de reinventar outros espaços de interação e de decisão. É também por isso que a experimentação se opõe à repetição binária de se posicionar pró ou contra projetos políticos preconcebidos. A experimentação política diverge da política da representação na medida em que se trata de:

(...) um retorno aos lugares onde as coisas estão acontecendo, onde a produção [de decisões] realmente acontece. Ou seja, não tende a propor algo novo, mas sim tomar o poder lá onde se passam, de fato, as coisas importantes (GUATTARI, 1978, pg. 8).

Nesse sentido, a experimentação enfatiza o tempo no presente e no cotidiano, convocando outra disposição temporal para a participação. Ao contrário, explica Guattari, a política da representação se limita aos espaços públicos tradicionais e subtrai o indivíduo do momento da ação e da decisão, sabendo que sua possibilidade de participação é limitada à escolha de um ou outro programa já concebido. Desta forma, o discurso da política da experimentação contrasta com o da política da representação porque evoca a responsabilidade e o poder de ação no presente. “Tem alguém decidindo por nós e não aceitamos que isso continue” afirma uma militante durante o 1º Encontro Nacional #Ocupa Política, Pé na Porta e Amor Pela Democracia, realizado de 7 à 10 de dezembro pela Bancada Ativista e outros movimentos de ocupação política. O processo subjetivo se transfere da busca por representatividade à construção de protagonismo. Nesse mesmo

¹⁵ O sistema de “pensamento referencial”, explica Félix Guattari, é fabricado por um conjunto de significados e normas, direciona o processo de subjetivação dos indivíduos, pré-organizando sua visão de mundo e suas categorias sociais. O pensamento referencial baseia-se na repetição de formas já conhecidas como aquelas encontradas na lógica do que Guattari chama de políticas de representação. Sobre o pensamento referencial, ver Félix Guattari « L’an 01 des machines abstraites », In: Revue Chimères, julho de 1973.

¹⁶ Emprestamos esse conceito de Günther Anders. In: **L'obsolescence de l'homme**, Ivrea Publishing, 2002, p. 135.

sentido, um militante da Bancada Ativista explica “Pessoas comuns fazem política todo dia, nós vamos falar por nós mesmos”, por meio de mandatos coletivos e por espaços colaborativos de participação. Trata-se aqui de mudar o discurso da política da representação que se constrói no futuro indisponível: “Ah ! Se eu estivesse no poder, eu faria isso ou aquilo” (GUATTARI, 1973). Contrariamente a esta posição temporal, Yves Citton, ao interpretar Guattari, explica que:

Experimental é constituir um contrapoder dentro mesmo das situações. Experimental é se tornar uma nova forma de vida e de atividade, de pensamento e de criação. Experimental é opor aos dispositivos de dominação um poder de autonomia e singularização. Experimental é variar uma situação para modular as perspectivas (CITTON, 2012, 123).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que sentido experimentar é um exercício de contrapoder? Em que sentido é um dispositivo de autonomia? As práticas observadas de participação e de sociabilidade realizadas pela Bancada Ativista despertam, impulsionam e celebram outras formas de experimentar a relação com os espaços da cidade e com a política institucional. Nesse sentido, propõem experiências políticas que não se concentram em um único partido nem em único programa que apareceria ao cidadão de forma definida. Ao contrário, promovem a escuta em diferentes territórios para dar luz à multiplicidade das ruas, assim como a construção coletiva de pautas advindas de diferentes lutas sociais, de diferentes militâncias, rejeitando a constituição de um líder ou de um representante que totalize o movimento.

A originalidade da Bancada Ativista está em se inserir na política institucional (apoiando candidaturas coletivas) sem se inscrever, no entanto, na lógica partidária do personalismo e da profissionalização da política. Como movimento suprapartidário, autônomo e autodeterminado, sua escolha de participação política não o afasta da competição eleitoral, pelo contrário, constrói seu espaço nas eleições legislativas, mas ao mesmo tempo, constitui uma rede relacional e social entre participantes, ativistas, voluntários e candidatos emergentes de diferentes ecossistemas urbanos. Este artigo propôs dialogar com a crítica de Félix Guattari sobre a política da representação para enriquecer a reflexão sobre o debate acerca da insuficiência deste modelo político como única forma de participação democrática.

A política da representação existe unicamente diante de duas dimensões: por um lado, pessoas que delegam, e por outro, aqueles que representam seus interesses, seus anseios, suas necessidades. Como abordado anteriormente, a fuga do tempo da ação (o presente) embutida no discurso do futuro indisponível, resulta no esvaziamento da responsabilidade do cidadão, na medida em que a decisão política é identificada no campo de ação do outro (do político eleito). Desta forma, o modelo representativo estimula uma visão limitada por escolhas binárias sobre projetos pré-concebidos, e cuja aplicação se passa em uma dimensão de tomada de decisão alheia ao cidadão e a seu cotidiano.

Por fim, o argumento defendido neste artigo sustenta que o processo de democratização brasileira implicou no engessamento da cidadania entendida como processo de constante construção de participação e de subjetivação política. Por isso, o retorno aos mecanismos de centralização de poder e de controle de participação fez-se necessário para anunciá-los, ulteriormente, como base da política da representação no Brasil, no sentido da crítica proferida por Guattari. Dessa forma, pretendeu-se associar os mecanismos brasileiros de reprodução social à limitação da participação política no sistema de delegação, que promove os vícios já elucidados no interior de uma democracia limitada e de uma cidadania regulada.

REFERÊNCIAS

- ABELES Marc. **Penser au-delà de l'état**, Belin Littérature et Revues, 2014.
- AGAMBEM G., BADIOU A., BENZAÏD D., BROWN W., NANCY J-L., RANCIERE J., ROSS K. & ZIZEK S. **Démocratie dans quel état ?**, La Fabrique, 2009.
- ANDERS Günther. **L'obsolescence de l'homme**, Paris: Éditions Ivrea, 2002.
- BLONDIAUX Loïc. La démocratie participative, sous conditions et malgré tout. Un plaidoyer paradoxal en faveur de l'innovation démocratique. In: **Mouvements**, 2/2007 (n° 50), p. 118-129.
- BOLTANSKI Luc. **De la critique – précis de sociologie de l'émancipation**, Éditions Gallimard, 2009.
- BRINGEL Breno & PLEYERS Geoffrey. Junho 2013...dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: **Revue Nouva Sociedad**, outubro 2015.
- BRINGEL Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013, In: **Revue Insight Inteligência**, Julho, Agosto e Setembro 2013.
- CARVALHO José Murilo de. **Cidadania no Brasil - o Longo Caminho**. Civilização Brasileira, 2008 (2001).
- _____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados** 40(2), 1997, p. 229–250.
- CITTON Yves. **Mythocratie, storytelling et imaginaire de gauche**, Éditions Amsterdam.
- CITTON Yves. **Renverser l'insoutenable**, Seuil, 2012.
- DELEUZE Gilles & GUATTARI Félix. **Mille Plateaux**, Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- GOHN Maria da Gloria & BRINGEL Breno. **Movimentos sociais na era global**, Vozes, 2012.
- GOHN Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. **Teorias dos movimentos sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos**, Edições Loyola, 1997.
- _____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, Edições Loyola, 1995.
- GUATTARI Félix & ROLNIK Suely. **Micropolitiques**, Seuil, 2007.
- GUATTARI Félix. L'an 01 des machines abstraites. In : **Revue Chimères**, disponível em: http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/files/23chi03.pdf. Acesso em: 10/05/2015.
- HABERMAS Jürgen. **L'espace public - Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise**, Paris: Payot, 1978.
- HOLSTON James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KOWARICK Lucio & FRUGOLI Heitor. **Pluralidade urbana em São Paulo – Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**, São Paulo: Editora 34, 2016.

- LEAL Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- LIMONGI Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: **Revista Dados**, 2015, Vol. 58 no 2.
- NEVEU Catherine. « E pur si muove ! », ou comment saisir empiriquement les processus de citoyenneté. **Politix** 103(3), 2013.
- PLEYERS Geoffrey. Engagement et relation à soi chez les jeunes alteractivistes, In : **Agora Débat/Jeunesses** n.72, année 2016 [1].
- PLEYERS Geoffrey & BRIEG Capitaine. **Introduction: Alteractivisme : comprendre l'engagement des jeunes**, Agora débats/jeunesses, 2016, Volume 73, Numéro 2.
- PLEYERS Geoffrey. Les jeunes alter-activistes : altermondialisme, indignés et transition écologique, In: BECQUET Valérie dir. **Jeunesses engagées**, Paris: Syllepse, 2014.
- RANCIERE J. **Aux bords du politique**, Paris: La Fabrique, 1998.
- ROUDET B. La démocratie est-elle un idéal commun aux jeunes Européens ?, **Agora débats/jeunesses**, n° 67, 2014/2, p. 79-96.
- SANTOS Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**, Ed. Campus, 1979.
- SADER Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**, 1988.
- SINGER Paul & BRANT Vinícius C. (org.). **São Paulo: O povo em movimento**, Editora Vozes, 1980.
- SINGER André. Brasil, junho de 2013: clases e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap** n.97 São Paulo: Nov. 2013.
- SOUZA Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- WEFFORT Francisco Correa, Lamounier Bolivar & Benevides Maria Victoria (orgs). **Direito, Cidadania e participação**. Editora Tae, 1981.
- WIEVIORKA, M. **La violence. Voix et regards**. Paris: Balland, 2004.